

(Actos adoptados em aplicação do título VI do Tratado da União Europeia)

DECISÃO DO CONSELHO
de 28 de Novembro de 2002
que estabelece um mecanismo de avaliação dos regimes jurídicos e da sua aplicação ao nível nacional na luta contra o terrorismo

(2002/996/JAI)

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

DECIDE:

Tendo em conta o Tratado da União Europeia e, nomeadamente, o seu artigo 29.º e o n.º 1 do seu artigo 34.º,

Artigo 1.º

Tendo em conta a iniciativa do Reino de Espanha ⁽¹⁾,

Criação do mecanismo de avaliação

Tendo em conta o parecer do Parlamento Europeu ⁽²⁾,

Considerando o seguinte:

1. É criado, no quadro da cooperação internacional entre os Estados-Membros, um mecanismo de avaliação inter-pares dos dispositivos nacionais de luta contra o terrorismo.

(1) O Conselho de Justiça e Assuntos Internos de 20 de Setembro de 2001 decidiu, como referido no ponto 15 das suas conclusões, incumbir o comité do artigo 36.º de elaborar uma variante mais ligeira e mais rápida do mecanismo de avaliação definido na Acção Comum 97/827/JAI, de 5 de Dezembro de 1997, que cria um mecanismo de avaliação da aplicação e concretização a nível nacional dos compromissos internacionais em matéria de luta contra o crime organizado ⁽³⁾ que tem em vista definir um procedimento de análise inter-pares dos dispositivos nacionais de luta contra o terrorismo.

2. Cada Estado-Membro compromete-se a que as suas autoridades nacionais cooperem estreitamente, no respeito das normas jurídicas e deontológicas aplicáveis a nível nacional, com as equipas de avaliação constituídas ao abrigo da presente decisão para efeitos da aplicação desta.

Artigo 2.º

Temas de Avaliação

(2) É necessário aperfeiçoar os regimes jurídicos nacionais do combate ao terrorismo e a sua aplicação.

1. O comité do artigo 36.º, sob proposta da Presidência, definirá para cada exercício de avaliação, o tema específico em que esta incidirá e a ordem pela qual os Estados-Membros serão avaliados.

(3) A definição de cada regime jurídico e a sua aplicação a nível nacional compete em primeiro lugar a cada Estado-Membro, embora no âmbito da União Europeia os Estados-Membros se informem mutuamente dos respectivos conteúdos, com vista a reforçar a eficácia do combate ao terrorismo.

Em função do tema específico seleccionado para a avaliação, o comité do artigo 36.º decidirá igualmente se deve designar um grupo de trabalho do Conselho, dele dependente, para proceder a essa avaliação, ou realizá-la ele mesmo.

(4) Além disso, de acordo com o mandato do Conselho de 20 de Setembro de 2001, já referido, será útil criar um mecanismo que, no âmbito da colaboração entre Estados-Membros prevista no Tratado, lhes permita, numa base de igualdade e confiança mútua, avaliar os seus regimes jurídicos nacionais destinados ao combate ao terrorismo e a respectiva aplicação,

Além disso, o comité do artigo 36.º fixará a periodicidade dos exercícios de avaliação.

2. A avaliação será preparada pela Presidência do Conselho, assistida pelo Secretariado-Geral, nomeadamente através de peritos nacionais destacados para o efeito. A Comissão será plenamente associada aos trabalhos.

3. O primeiro exercício de avaliação deveria ficar concluído o mais tardar em meados de 2003.

⁽¹⁾ JO C 151 de 25.6.2002, p. 14.

⁽²⁾ Parecer emitido em 24 de Setembro de 2002 (ainda não publicado no Jornal Oficial).

⁽³⁾ JO L 344 de 15.12.1997, p. 7.

Artigo 3.º**Designação dos peritos**

1. Por iniciativa da Presidência, cada Estado-Membro deverá, no prazo máximo de quatro semanas a contar da data em que o comité do artigo 36.º tenha decidido iniciar uma avaliação sobre um determinado tema, comunicar ao Secretariado-Geral do Conselho os nomes de um a três peritos que, relativamente a esse tema, disponham de larga experiência em matéria de combate ao terrorismo e estejam dispostos a participar em pelo menos um exercício de avaliação.

2. A Presidência estabelecerá uma lista dos peritos designados pelos Estados-Membros e transmiti-la-á ao comité do artigo 36.º, ou ao grupo de trabalho por este designado para proceder à avaliação.

Artigo 4.º**Equipa de Avaliação**

Com base na lista referida no n.º 2 do artigo 3.º, a Presidência constituirá, para a avaliação de cada um dos Estados-Membros, uma equipa de dois peritos, certificando-se de que não sejam da nacionalidade do Estado-Membro a ser avaliado.

Os nomes dos peritos nomeados para cada equipa de avaliação serão comunicados ao comité do artigo 36.º, ou ao grupo de trabalho por este designado para o efeito.

A equipa de avaliação será assessorada em todas as suas funções pelo Secretariado-Geral do Conselho e pela Comissão.

Artigo 5.º**Elaboração do questionário**

A Presidência, assessorada pelo Secretariado-Geral do Conselho e pela Comissão, elaborará um questionário, a ser utilizado para a avaliação dos Estados-Membros sobre o tópico específico definido no n.º 1 do artigo 2.º, e submetê-lo-á à aprovação do comité do artigo 36.º, ou do grupo de trabalho designado para o efeito. Neste contexto, sempre que necessário, solicitar-se-á o parecer de qualquer grupo do Conselho, competente no tema sobre o qual se realizar a avaliação. O questionário tem por finalidade recolher todas as informações úteis para a realização da avaliação. Cada Estado-Membro avaliado deverá procurar responder ao questionário no prazo máximo de um mês e da forma mais completa possível, apensando-lhe, se necessário, as disposições jurídicas e os dados técnicos e práticos necessários.

Artigo 6.º**Visita de Avaliação**

Uma vez recebida a resposta do Estado-Membro ao questionário, no prazo máximo de seis semanas e no momento julgado oportuno, a equipa de avaliação, deslocar-se-á a esse Estado com vista a clarificar as respostas ao questionário. A visita desenrolar-se-á de acordo com um programa estabelecido pelo Estado-Membro, sob proposta da equipa, que permitirá a

esta avistar-se com as autoridades políticas, administrativas, policiais, aduaneiras ou judiciárias do Estado-Membro, ou quaisquer outras autoridades competentes.

Artigo 7.º**Elaboração do projecto de relatório**

O mais tardar 15 dias após a recepção das respostas ao questionário ou após a visita referida no artigo 6.º, nos casos em que essa visita tenha sido realizada, a equipa de avaliação redigirá um projecto de relatório sucinto e enviá-lo-á ao Estado-Membro avaliado, para que este se pronuncie no prazo máximo de seis semanas. Se a equipa considerar necessário, o relatório poderá ser adaptado em função das observações recebidas do Estado-Membro avaliado.

Artigo 8.º**Debate e aprovação do relatório**

1. A Presidência enviará o projecto de relatório, que será confidencial, aos membros do comité do artigo 36.º ou do grupo de trabalho por este designado, juntamente com as observações do Estado-Membro avaliado que não tenham sido tidas em conta pela equipa de avaliação.

2. A reunião do comité do artigo 36.º, ou do grupo de trabalho por este designado, começará por uma apresentação do projecto de relatório pelos membros da equipa de avaliação. O representante do Estado-Membro avaliado apresentará seguidamente todas as observações, informações ou explicações que considere necessárias. O comité do artigo 36.º, ou o grupo de trabalho por este designado, debaterá em seguida o projecto de relatório e aprovará por consenso as suas próprias conclusões.

3. A Presidência comunicará ao Conselho, no final de um exercício completo de avaliação, os resultados dos exercícios de avaliação, através de meios adequados. Caso o considere necessário, o Conselho poderá dirigir recomendações aos Estados-Membros avaliados e convidá-los a comunicar-lhe os progressos realizados dentro dos prazos que fixe para o efeito.

4. Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 9.º, a Presidência informará o Parlamento Europeu, no final de um exercício completo de avaliação, sobre os resultados da aplicação do mecanismo de avaliação.

Artigo 9.º**Confidencialidade**

1. As equipas de peritos de avaliação terão de respeitar a confidencialidade das informações recolhidas no âmbito da sua missão. Para o efeito, os Estados-Membros certificar-se-ão de que os peritos designados nos termos do artigo 3.º apresentam um nível de segurança adequado.

2. O relatório a elaborar nos termos da presente decisão terá pelo menos um carácter restrito. Porém, o Estado-Membro avaliado poderá, sob sua responsabilidade, torná-lo público. Se apenas pretender tornar públicas determinadas partes do relatório, deverá para o efeito obter o acordo do Conselho.

*Artigo 10.º***Avaliação do mecanismo**

O mais tardar no termo do primeiro exercício de avaliação de todos os Estados-Membros, o Conselho apreciará as regras e o âmbito de aplicação do mecanismo e alterará, se necessário, a presente decisão.

*Artigo 11.º***Data de produção de efeitos**

A presente decisão produz efeitos na data da sua publicação no Jornal Oficial.

*Artigo 12.º***Publicação**

A presente decisão será publicada no Jornal Oficial.

Feito em Bruxelas, em 28 de Novembro de 2002.

Pelo Conselho

O Presidente

B. HAARDER
